

# Rejeitadas emendas que limitam o direito de greve



Cabral, à esquerda de Ulysses e Fogaça, recusou 70 emendas por falta de amparo regimental

## PMDB tem pontos inegociáveis

O PMDB não muda no projeto de Constituição questões como direito de greve e nacionalização da exploração de minérios, que PFL e Governo querem alterar. Estes são alguns dos choques de interesse que começam a surgir, no início ainda tímido, de negociações para votação em segundo turno do projeto de Constituição, e que poderão aprofundar-se devido à dificuldade, admitida por todas as lideranças, de se mobilizar 280 constituintes para alterar qualquer item do projeto aprovado em primeiro turno.

Até mesmo a ala governista do PFL, por incrível que possa parecer, tem pelo menos um ponto de discordância em relação ao Governo: o artigo 22 das Disposições Transitórias, que dá estabilidade aos servidores públicos com cinco anos de serviço na data da promulgação da Constituição. O PFL, que patrocinou e se beneficia da aprovação do artigo, batizado de mais um "trem da alegria" no serviço público, não se interessa por sua supressão. O líder, José Lourenço (PFL-BA), foi taxativo quando lhe indagaram se trabalharia a favor da eliminação desse "trem da alegria": "Preciso sintonizar os interesses do Governo com os interesses de meu partido".

Pontos inalteráveis

O líder peemedebista Nelson Jobim enumerou ontem os pontos que o PMDB, segundo garantiu, não irá alterar: reforma tributá-

ria, mineração, direitos fundamentais (título II, que inclui direito de greve), conceito de empresa nacional, jornada de 44 horas de trabalho semanais, auditoria para dívida externa e licenciamento. Segundo ele, o direito de voto aos 16 anos e a moção de censura a ministros pela Câmara dos Deputados são duas questões abertas no partido, e que não podem, portanto, ser objeto de negociação. Já o líder Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que representa mais diretamente os interesses do Governo dentro do PMDB, se diz preocupado com as despesas adicionais de 2 trilhões de cruzados que a União teria para atender ao que foi aprovado nas Disposições Transitórias, segundo balanços iniciais que ele faz questão de frisar que não foram levantados por ele e que, portanto, ainda precisam ser confirmados.

Carlos Sant'Anna considera que, através de negociações, podem ser suprimidas — total ou parcialmente — questões como censura a ministros, voto aos 16 anos, anistia de dívidas, licença-paternidade e tabelamento de juros. Mas admite que haverá muita dificuldade para alterar a jornada máxima de 6 horas em turno ininterrupto de trabalho e a nacionalização da exploração de minérios.

Apoio do PMDB

Sant'Anna reconhece que, para mudar qualquer coisa no projeto, é preciso contar com o apoio de

"pelo menos" 50% do PMDB, e por isso considera importante uma sintonia com Jobim. No mínimo em mais dois pontos, além de direito de greve e exploração de minérios, essa sintonia já não existe: Jobim citou entre os pontos "imutáveis" a CPI da dívida externa e se posiciona "pessoalmente" a favor da manutenção do direito de voto aos 16 anos.

O líder pefelista José Lourenço alega que as mudanças que ele defende são "de interesse do País" e se diz preocupado com o adicional de despesas para a Previdência Social com as normas aprovadas, por exemplo, sobre aposentadoria. De qualquer modo, considera difícil negociar qualquer mudança porque as próprias autoridades da Previdência Social, segundo observa, têm dito que as despesas são suportáveis. Ele insiste, no entanto, em que é preciso eliminar o turno de 6 horas para o trabalho ininterrupto, que irá afetar sobretudo — segundo seu levantamento — o setor siderúrgico, colocando o Brasil em posição de desvantagem em relação a seus dois maiores competidores internacionais, que são Japão e Coreia do Sul. Com a nacionalização da exploração de minérios de ferro o prejuízo para o País será, segundo diz Lourenço, de 500 milhões de dólares por ano. O líder pefelista considera, porém, "fácil" eliminar o direito de voto aos 16 anos e diz que "está conversando" sobre direito de greve, que Jobim já disse que não altera.



Lourenço admite dificuldade no acordo sobre 6 horas e mineração

## Governo defende a exclusão da média empresa na anistia

O Governo do presidente José Sarney quer excluir da anistia na votação do segundo turno, os médios produtores rurais e os pequenos empresários urbanos. Os líderes do Governo estão conversando com as demais lideranças partidárias no sentido de assegurar o perdão da dívida apenas para os microempresários e para os mini e pequenos produtores rurais.

O Palácio do Planalto, na verdade, deseja suprimir, pura e simplesmente, a emenda que anistia os micro e pequenos empresários urbanos e os mini, pequenos e médios produtores rurais. O problema é que o Governo está convencido de que dificilmente alcançará alguma vitória fora do entendimento e, por isso, está negociando com os outros partidos um abrandamento da anistia.

Os deputados Carlos Sant'Anna e José Lourenço e o senador Saldanha Derzi, estiveram ontem no Palácio da Alvorada com o presidente José Sarney, a quem informaram sobre as negociações em torno de diversos pontos que o Executivo pretende modificar ou suprimir do projeto de Constituição.

Dificuldades

O líder do PFL, José Lourenço, disse ao presidente que está encontrando dificuldades para conversar

sobre dois pontos, especialmente: a jornada de seis horas de trabalho e a nacionalização de todo o processo de mineração no país.

Lourenço disse que está encontrando boa receptividade "entre os partidos mais importantes" — aí se inclui o PMDB — para a supressão do voto aos 16 anos. Colocou também, entre os assuntos onde é provável o acordo, a retirada do tabelamento de juros e da estatização na comercialização do sangue, deixando apenas a fiscalização sob responsabilidade do Estado.

De acordo com Lourenço "estamos chegando ao consenso sobre o problema das empresas estrangeiras e nacionais, quanto ao fornecimento de serviços e bens ao Governo". O que o Palácio pretende é cortar parte do texto que fala em "empresa brasileira de capital nacional", deixando apenas "empresa brasileira".

Isso evitaria, segundo o deputado, que as empresas estrangeiras, não possam se instalar no País, impedindo também a criação de um sistema cartorial no Brasil. "Se isso acontecer, o Governo vai acabar comprando mais caro, já que as empresas brasileiras se transformaram em apenas intermediárias de serviços e bens".

## Recife terá Frente unida com Cristina

Recife — Dez dias depois de ter sido lançada como candidata à sucessão municipal de Recife pela Executiva Regional do PSDB pernambucano, a deputada Cristina Tavares aceitou o convite da Frente Popular — PMDB, PMB, PCB, PC do B e dissidentes do PDT, PTB e PSB — para ser a companheira de chapa do candidato frentista, o deputado estadual Marcus Cunha (PMDB). A confirmação da deputada como candidata à vice-prefeitura foi dada ontem pelo próprio Cunha, depois de uma reunião com integrantes da cúpula regional dos "tucanos". De Houston (EUA), onde se encontra em tratamento de saúde, Cristina, segundo Marcus Cunha, anunciou que chegará a Recife na próxima terça-feira. O lançamento oficial da chapa será no dia seguinte, no Sindicato dos Jornalistas de Recife.

Esta é a primeira composição feita pelo PSDB com o PMDB. De acordo com Marcus Cunha, os entendimentos com os dirigentes nacionais possedebistas (especialmente Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas) foram feitos pela própria Cristina, por telefone. Em Recife, Cunha tratou de consultar os partidos integrantes da frente sobre a coligação, obtendo "extraordinária acolhida".

"Convocação"

"Deixei claro aos nossos companheiros que só falaria com a deputada se pudesse chegar até ela com uma convocação, em nome de todos os segmentos que compõem a Frente Popular", disse Cunha. Garantido o aval dos partidos, do governador Miguel Arraes e do prefeito Jarbas Vasconcelos, Cunha falou duas vezes com a parlamentar. "A última foi hoje (ontem) e ela estava exultante e entusiasmada para entrar de vez na campanha", afirmou.

A retirada do nome de Cristina Tavares como candidata a prefeita vinha sendo reivindicada por alguns setores do PSDB, a maioria integrada às administrações estadual e municipal e já comprometida com a candidatura da Frente Popular. Além de Cristina, estavam cotados para a vice-prefeitura a secretária de Educação de Recife, Edla Soares, o secretário de Habitação de Pernambuco, Pedro Eurico de Barros, o escritor Paulo Cavalcanti (PCB) e o delegado regional do Trabalho Gentil Mendonça.

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), deu parecer contrário a todas as emendas que visam a suprimir o amplo direito de greve dos trabalhadores por ter sido aprovado como resultado de acordo das lideranças partidárias. Ontem, o deputado Ulysses Guimarães encerrou a triagem das 1.844 emendas apresentadas ao projeto de Constituição B sendo que 70 delas foram eliminadas por desobedecerem o regimento.



Mesmo sem ter examinado o Título VII que trata da Ordem Econômica e Financeira (o relator tinha dado até ontem parecer às propostas relativas aos Títulos I e II), Bernardo Cabral adiantou que vai acolher emenda que mantém o princípio do tabelamento de juros na Constituição, mas remete para a lei ordinária a fixação das suas taxas. O tabelamento dos juros reais em 12% ao ano, no primeiro turno, é um dos pontos mais polêmicos do texto constitucional e deverá ser revisto no segundo turno.

Trabalhadores

Bernardo Cabral explicou que dará parecer contrário a todas as emendas que forem contra os acordos de liderança do primeiro turno,

como a proposta que pretende suprimir o amplo direito de greve dos trabalhadores.

No seu parecer, o relator acolhe emenda do deputado João Paulo (PT-MG) que retira a palavra "máxima" da expressão «jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva».

Em relação à licença-paternidade de oito dias, Bernardo Cabral deu parecer favorável à emenda que suprime o prazo de duração da licença, mantendo na Constituição apenas o seu princípio mas remetendo para a legislação posterior a fixação do período a ser abrangido.

Segundo Cabral, a maioria das emendas relativas aos Títulos I e II, que tratam dos Princípios Fundamentais e dos Direitos e Garantias Fundamentais, visam melhorar o texto existente e, portanto, receberam o seu parecer favorável. Particularmente, quanto aos direitos dos trabalhadores, ele acredita que os avanços obtidos, no primeiro turno de votação, serão mantidos.

O preâmbulo do texto constitucional não recebeu qualquer emenda e, assim, será mantida a redação aprovada no primeiro turno. No capítulo referente aos direitos dos trabalhadores, as emendas que tiveram o maior número de parecer contrário foram as que tratam do direito de greve e da licença-paternidade.

## Gasparian admite fim dos 12%

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) disse ontem que o acordo que está sendo conduzido pela liderança do PMDB na Constituinte, transferindo para a legislação do sistema financeiro a fixação do teto máximo de juros a ser cobrado, não desfigura sua intenção de punir, através de dispositivo constitucional, o crime de usura. O parlamentar, responsável pela introdução do tabelamento de juros em 12% ao ano, no projeto de Constituição, diz que concorda, "sem brigas", com a fórmula.

O acordo passa pela aprovação de uma emenda de autoria do deputado Paulo Macarini (PMDB-SC), que retira o índice de 12% do projeto, transferindo a fixação do teto para a lei. Assim, o parágrafo 3º do artigo 197 ficaria com a seguinte redação:

"As taxas de juros reais, nela incluídas as comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, terão os limites fixados em lei, importando a cobrança acima dos mesmos em crime de usura, punido em todas as suas modalidades".

## Derzi sugere nova tributação

O senador Saldanha Derzi, ao deixar o Palácio da Alvorada, onde se reuniu com o presidente José Sarney e as outras lideranças políticas do Governo, defendeu ontem que a reforma tributária pretendida pela Assembleia Nacional Constituinte implique também a transferência de encargos aos Estados e municípios.

Saldanha Derzi entende que "eles não podem continuar de pires na mão, como estão até agora", mas argumenta, de acordo com a opinião do presidente José Sarney, que "é preciso fazer um reestudo da questão". E sugeriu a transferência de responsabilidade para os governos estaduais e as prefeituras, respectivamente, sobre a saúde e a educação.

O Governo Federal, segundo ele, "terá um dano muito grande com a reforma tributária, representando mais de 20% da receita total". E reclamou: "O Governo, continuando com todos os encargos — Exército, Marinha, Aeronáutica, Bombeiros — é muito pesado, se lhe forem retirados recursos".

sobre a votação do projeto constitucional em segundo turno, pela Assembleia Nacional Constituinte, o senador disse que ela preocupa, pela possibilidade de falta de

Nas Disposições Transitórias também seria incluído um dispositivo dizendo que "enquanto não for aprovada a lei referida no parágrafo 3º do artigo 197, a taxa de juros ali mencionada não poderá ser superior a 12% ao ano".

"Não há qualquer inconveniente em agradecer aqueles que não querem colocar o índice de 12% na Carta", afirmou Gasparian. Segundo ele, as Constituições de 1934 e 1946 previam o crime de usura, de acordo com as disposições da lei, aprovada em 1933. Por esta lei, os juros para as operações em geral não podiam ultrapassar os 12%, informou o parlamentar. Para a habitação, a taxa era de 10% e para a agricultura, de 8%, acrescentou.

Fernando Gasparian lembrou que há dispositivos importantes para serem regulamentados pela lei do sistema financeiro, como os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central, o que deverá apressar sua votação. O relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) informou ontem que a emenda do deputado Macarini é regimental.



Senador Saldanha Derzi (MS)

quorum devido às eleições municipais deste ano.

Mas aconselhou uma solução ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães: que ele realize sessões de terça a quinta-feira, somente. Dessa forma, concluiu, "os constituintes estariam aqui, dariam sua contribuição, a satisfação ao povo brasileiro, e depois iriam para suas campanhas eleitorais".

## Impacto no déficit é a preocupação de Sarney

A principal preocupação do presidente José Sarney para o segundo turno da votação da Constituinte fica com os artigos das Disposições Transitórias, que representam um impacto «violento» sobre o déficit público. Se o plenário ratificar propostas aprovadas no primeiro turno, como a anistia aos produtores rurais e pequenos empresários e a estabilidade ao funcionário público com cinco anos de serviço, ficará inviabilizado o trabalho do Governo para controlar a inflação.

A afirmação foi feita ontem pelo deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo na Câmara, que quantificou o tamanho da «sangria» que o Erário Público terá a partir da promulgação da nova Constituição: Cz\$ 2 trilhões ao ano, sem correção monetária. Embora o Palácio do Planalto tenha decidido centrar fogo em artigos da Ordem Econômica e dos Direitos Coletivos, as Disposições Transitórias vão receber um tratamento preferencial.

A decisão foi tomada, na manhã de ontem, depois de uma reunião entre o presidente José Sarney, ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e os líderes do Governo na Constituinte. Lourenço saiu da reunião confiante num consenso entre as principais lideranças da Constituinte para a supressão de três temas polêmicos do projeto: o voto optativo

aos 16 anos, a estatização da comercialização de sangue e seus derivados e a taxa de 12% para os juros bancários.

Dificuldades

Nada, no entanto, já foi fechado entre os líderes. Lourenço vem mantendo conversas diárias com o deputado Nelson Jobim, líder do PMDB, mas um acordo definitivo só deve sair na véspera ou na primeira sessão de votação do segundo turno. Além desses três pontos, Lourenço está esperando também que o plenário reveja a aprovação da anistia fiscal.

Se os líderes do Governo relataram com confiança esta pequena relação de artigos passíveis de modificação ao presidente Sarney, tiveram mais dificuldades com os seguintes pontos: turno de seis horas para jornada ininterrupta; participação do capital estrangeiro na exploração de recursos minerais, direito de greve e possibilidade de Estados cobrarem um adicional de 5% sobre o imposto de renda calculado pela União.

O turno de revezamento fixado no máximo em seis horas, de acordo com Lourenço, vai inviabilizar a capacidade de produção do País.

O prejuízo que o País terá com a exclusão do capital estrangeiro na mineração também não será pequeno, segundo Lourenço. "Existem multinacionais que estão aqui há 50 anos.